

# PEC que limita militares em eleições passa na CCJ

Texto que obriga membros da ativa a pedirem baixa se quiserem se candidatar é aprovado em votação simbólica e irá ao plenário do Senado



Defesa. Múcio, à esquerda, em cerimônia com chefes das Forças Armadas: ministro elaborou PEC que tramita no Senado

LAURIBERTO POMPEU  
lauriberto.pompeu@bsb.oglobo.com.br  
BRASILIA

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou ontem a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que muda as regras para que militares participem de eleições. A iniciativa obriga os integrantes das Forças Armadas a irem para reserva para poderem se candidatar a cargos eletivos. A proposta ainda precisa ser analisada pelo plenário da Casa.

O texto foi aprovado por votação simbólica, ou seja, sem o registro nominal dos votantes. Mesmo assim, os senadores Flávio Bolsonaro (PL-RJ) e Sergio Moro (União-PR) resolveram se manifestar contra a proposta.

A PEC foi idealizada pelo Ministério da Defesa, comandado por José Múcio, e é uma maneira de o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva reagir à politização das tropas, algo intensificado durante a gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro.

Atualmente, membros do Exército, da Marinha e Aeronáutica podem se afastar das atividades para disputar cargos eletivos e voltar ao fim do processo eleitoral. Aliados do governo entendem que o militar que retorna à Força após a disputa eleitoral passa a levar a política partidária para dentro dos quartéis. A Constituição estabelece que, se o militar tiver mais de dez anos de serviço e for eleito, é automaticamente transferido para a reserva remunerada no ato da diplomação.

O líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), foi encarregado de ser o autor da PEC. Ex-ministro da Defesa, o petista tem boa interlocução com integrantes das Forças.

Como forma de aceno à classe, o relator da proposta,

senador Jorge Kajuru (PSB-GO), desistiu de incluir a proibição para que militares da ativa fossem escolhidos para chefiar ministérios. O movimento foi um acordo com líderes do governo, já que o Planalto tenta evitar novas dores de cabeça com a caserna após passar momentos de tensão no início do governo em função do 8 de janeiro e da troca ainda naquele mês do comando do Exército.

**Ideia da proposta é reagir à politização das tropas, algo inflado na gestão Bolsonaro**

Recentemente, o presidente Lula fez acenos ao elogiar publicamente a atuação da Força Aérea Brasileira (FAB) na repatriação dos brasileiros que deixaram a Faixa de Gaza em função da guerra entre Israel e o Hamas. Em maio, após a troca no Gabinete de Segurança Institucional (GSI), o presidente também resistiu às pres-

## Os principais pontos da proposta

> O texto determina que o militar que resolver participar da eleição será transferido para a reserva.

> Caso o militar não preencha as condições de transferência a pedido, ele irá para a reserva não

remunerada.

> Se o militar preencha as condições, irá para a reserva remunerada.

> As regras da proposta não terão validade sobre eleições que acontecerem em até um ano após a promulgação.

sões para nomear um civil e manteve o cargo sob a alçada militar, com o general Marcos Amaro — a estrutura segue responsável pela segurança presidencial, em um modelo que também conta com a atuação da Polícia Federal.

No governo passado, por exemplo, os generais Eduardo Pazuello e Luiz Eduardo Ramos, que eram integrantes da ativa, foram nomeados ministros. Pazuello, ex-chefe da Saúde, chegou a ser investigado pelo Exército por participar de um ato político ao lado do ex-presidente, mas foi absolvido.

Jaques Wagner diz no texto da PEC que é preciso “adotar cautelas adicionais” para “garantir a neutralidade política das Forças Armadas”.

“O texto constitucional veda aos militares, por exemplo, a sindicalização e a greve, bem como a filiação a partido político enquanto estiverem na ativa. Além disso, tendo em vista a relevância da atividade militar, o ordenamento jurídico lhes impõe restrições à acumulação de cargos, bem como ao exercício de cargo, emprego ou função pública civil temporária”, também lembra o senador na proposta.

Flávio Bolsonaro se manifestou contra a iniciativa e disse que a proposta é “um recado” para os militares. O senador chegou a pedir que a votação ocorresse com registro nominal, mas não conseguiu apoio para isso.

— Está muito claro que o momento e a intenção dessa PEC é para dar recado para as Forças Armadas, como se os militares fossem uma subcategoria de servidor público. No meu ponto de vista é uma PEC preconceituosa com os militares. Não estou vendo proibição de promotor de Justiça, de juiz de carreira, de delegado da Polícia Federal — pontuou o senador.

## COMÉRCIO EM PAUTA

Trabalho que valoriza o Brasil



## CNC ATUA, NO ÂMBITO DO TST, EM DECISÃO SOBRE TRABALHO NOS FERIADOS

A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) participou, como *amicus curiae* (quando a entidade atua fornecendo subsídios para questões analisadas pelos Tribunais Superiores), nos trâmites do processo julgado na Seção Especializada em Dissídios Coletivos (SDC) do Tribunal Superior do Trabalho, no dia 20 de novembro, em Brasília, que tratava da análise de possibilidade de trabalhos nos feriados serem autorizados por acordo coletivo.

Por decisão unânime, ficou estabelecido que essa prática somente poderá ocorrer mediante autorização por meio de Convenção Coletiva de Trabalho (CCT), nos termos do art. 6-A da Lei nº 10.101/200, que é promovida entre sindicatos de empregadores e trabalhadores, e não por Acordos Coletivos de Trabalho (ACT), que são realizados diretamente entre a empresa e o sindicato laboral.

O processo nº TST – RO – 11680-46.2018.5.03.0000 foi iniciado pelo Sindicato do Comércio Varejista de Conselheiro Lafaiete, em Minas Gerais, com apoio da Fecomércio-MG, que solicitou à CNC a atuação como *amicus curiae*, tendo em vista o impacto que uma decisão contrária traria para todos os sindicatos do comércio de bens, serviços e turismo.

Esta é uma decisão importante e significativa, uma vez que estabelece uma jurisprudência a ser observada em futuras decisões da Justiça do Trabalho e replicada em outras instâncias. Segundo o presidente

da CNC, José Roberto Tardos, com esse resultado, a Confederação considera que há maior segurança jurídica para as partes envolvidas e diminuição da concorrência desleal dentro dos segmentos do comércio em geral. “É importante ressaltar que estabelecimentos menores, que anteriormente poderiam ser prejudicados por não conseguirem negociar diretamente por acordos coletivos, estão incluídos nas negociações por meio das convenções coletivas, garantindo assim um ambiente mais equilibrado para o setor”, avalia.



Decisão do Tribunal é importante e estabelece jurisprudência a ser seguida

## SESC EAD EJA: 2 MIL VAGAS NO ENSINO MÉDIO COM QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

O projeto Sesc EAD EJA, que oferece a jovens e adultos formação gratuita no Ensino Médio com qualificação profissional em produção cultural, estará com inscrições abertas, para sua quinta turma, de 4 de dezembro a 12 de janeiro de 2024. Serão mais de 2 mil vagas, distribuídas entre 14 estados das regiões Norte, Nordeste, Sul e Sudeste.

Para participar, basta ter mais de 18 anos e ter concluído o Ensino Fundamental. O curso tem duração de três semestres e carga horária de 1.200 horas, com 80% das aulas

em formato virtual e 20% em formato presencial obrigatório.

Durante os encontros presenciais, os alunos podem aproveitar as atividades de cultura, esporte e lazer oferecidas nas unidades da instituição e também a oportunidade de discutir propostas

práticas referentes à qualificação em produção cultural.

Desde a sua criação, o Sesc EAD EJA já formou 1.044 estudantes, e atualmente conta com 3.250 matriculados. O edital com mais informações está disponível em [sesc.com.br/ead](http://sesc.com.br/ead).



Curso já formou 1.044 alunos e tem 3.250 matriculados em todo o Brasil

## SENAC E SEBRAE REALIZAM 1º ENCONTRO DE INCLUSÃO SOCIAL E PRODUTIVA NO RJ

O Senac-RJ promoveu, no dia 24 de novembro, o 1º Encontro de Inclusão Social e Produtiva, no auditório da sede da Fecomércio-RJ. O evento foi gratuito e contou com a parceria do Sebrae Rio, sendo destinado a pessoas que trabalham com inclusão social ou interessados no assunto.

Na ocasião, foram apresentadas boas práticas e resultados de projetos do Senac-RJ e do Sebrae Rio, como o Impulsiona RJ,



Iniciativas promovem formação profissional e geração de renda

direcionado a famílias em situação de vulnerabilidade social no Estado. A iniciativa atua nas vocações regionais, mobiliza as comunidades e contribui para o desenvolvimento local, oferecendo forma-

ção profissional para empregabilidade e geração de renda por meio do empreendedorismo. Mais de 1.800 famílias já foram capacitadas pelo programa.

Também foram divulgadas as novas instituições beneficiadas pelo Senac na Comunidade. O programa atendeu mais de 20 mil pessoas em todo o Estado desde 2009, com cursos profissionalizantes e gratuitos, sempre em parceria com instituições locais ou o setor público.

### TRABALHO A FAVOR DO BRASIL

Acesse o site [afavordobrasil.cnc.org.br](http://afavordobrasil.cnc.org.br) e conheça as ações que o Sistema Comércio vem realizando para ajudar o País a superar a crise.

[www.portaldocomercio.org.br](http://www.portaldocomercio.org.br)

@sistema.cnc @sistemacnc @sistemacnc @tvcnconline